



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº. 13/2023/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº. [0000044-54.2023.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2023 (SRP)

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. ***.893-SSP/RO e do CPF nº. ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, conforme descrito no Anexo II do Edital de Pregão respectivo (Termo de Referência), da licitante **50.239.778 CARLOS HENRIQUE MELGAR DA COSTA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 50.239.778/0001-26, com sede na Rua Almirante Barroso, n. 1170 – Sala B – Bairro: Santa Barbara CEP.: 76.804-236, Município Porto Velho/RO, Telefone: (69) 99352-3696 e E-mail(s): cmpfcertame@gmail.com, neste ato representada por **CARLOS HENRIQUE MELGAR DA COSTA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. ***960*/SSP-RO e do CPF nº. ***.834.152-**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**:

1. Órgãos Participantes desta ARP:

Órgão:	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA – SR/PF/RO
CNPJ:	00.394.494/0038-28
UASG:	200378
Endereço	Av. Lauro Sodré, nº 2905 Bairro Nacional – Porto Velho/RO
Responsável	LARISSA MAGALHÃES

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	NASCIMENTO
Telefone:	(69) 3216-6783
E-MAIL:	selog.srro@pf.gov.br

Órgão:	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA DO ESTADO DE RONDÔNIA — SESDEC
CNPJ:	04.793.055/0001-57
UASG:	925986
Endereço	Avenida Rafael Vaz e Silva, nº 3091, Liberdade, Porto Velho - RO
Responsável	PEDRO HENRIQUE RODRIGUES DE SOUSA – CPF ***.550.872-**
Telefone:	(69) 33212-8518, (69) 3216- 8919 e (69) 99290-2206
E-MAIL:	geplan@sesdec.ro.gov.br ; pedropvh100@gmail.com; compras@sesdec.ro.gov.br

2. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	Descrição	Unid.	Quantidade TRE-RO	Quantidade SR/PF/RO	Quantidade SESDEC	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Item 9 do Edital. Garrafa térmica de	Unid.	50	50	-	67,00	6.700,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	mesa, com saída a base de pressão, confeccionada em aço inox escovado (externa), com ampola de vidro, alça superior maleável para transporte vertical, acessórios na cor preta, com capacidade entre 1 e 1,2 litros, dimensões aprox. (Compr. X Larg X Alt.) 144 x 118 x 313 mm, com sistema que evita a ocorrência de pingos após servir, sistema de jato de apenas uma pressão para acionamento. Marca: Invicta						
02	Item 10 do Edital. Garrafa térmica de mesa, com saída a base de pressão, confeccionada em aço inox escovado (externamente), com ampola de vidro, alça	Unid.	75	-	25	96,50	9.650,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

superior maleável para transporte vertical, acessório na cor preta, com capacidade entre 1,8 litros e 2,2 litros, dimensões aprox. (Comp X Larg X Alt) 148 x 128 x 365mm, com sistema que evita a ocorrência de pingos após servir, sistema de jato de apenas uma pressão para acionamento. Marca: Invicta							
	Valor total da ARP, R\$						16.350,00

3. No respectivo Edital de Pregão Eletrônico e em seus anexos são apresentados os quantitativos estimados de aquisição do objeto desta ARP, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e a conveniência do TRE-RO e do Órgão Partícipe, se houver.

4. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas na respectiva Nota de Empenho.

5. O prazo de entrega dos materiais deve obedecer ao estabelecido no item 10.1, 1, do Termo de Referência referido, ou seja, prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

6. No TRE-RO, os materiais deverão ser entregues no endereço indicado no item 10.2.2, a1, do Termo de Referência respectivo, de segunda-feira a sexta-feira, das 11h às 18h, podendo haver agendamento, a critério do(a)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Chefe da Seção de Almocharifado – SEALM, pelos telefones: (69) 3211-2268/ 2051/ 2000 e (69) 9906-8802.

7. Nos Órgãos Participantes desta Ata de Registro de Preços, os materiais deverão ser entregues nos endereços indicados no item 1 desta ARP.

8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

10. No TRE-RO, a Gestão e a fiscalização do presente objeto serão realizadas pelo titular da Seção de Almocharifado – SEALM, ou por quem suas vezes fizer, cabendo a esses, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, conforme indicado no item 12 do Termo de Referência respectivo.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 23 de maio de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	CARLOS HENRIQUE MELGAR DA COSTA Pela Adjudicatária Fornecedor
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/05/2023, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE MELGAR DA COSTA, Usuário Externo**, em 23/05/2023, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 23/05/2023, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 25/05/2023, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1013427** e o código CRC **91ADF22A**.

0000044-54.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0000044-54.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: SEALM/COMAP.

ASSUNTO: Final - Aquisição de Material Alimentício, Copa e Cozinha para o exercício de 2023 - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 103 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de gêneros alimentícios e copa e cozinha**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoxarifado - SEALM deste TRE/RO, no exercício de 2023 ([0965723](#)), conforme Solicitação de Contratação n. 8/2022 - SEALM ([0965725](#)).

02. O relato completo do procedimento até a sua aprovação pela autoridade administrativa ([0977233](#)) está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 16/2023** ([0974219](#)). Na sequência, a minuta de edital foi aprovada por esta Assessoria Jurídica por meio do **Parecer n. 60/2023** ([0992730](#)).

03. Concluída a fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 09/2023 ([0995919](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([0997179](#)).

04. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas – Comprasnet ([1002639](#));

b) propostas ajustadas e documentos de habilitação dos licitantes vencedores juntados no volume III e IV do processo, a saber:

1. NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA CNPJ: 37.306.014/0001-48 ([1002686](#) e [1008302](#)) **que foi aceita para o item 1 do certame.**

2. MICRON GENEROS ALIMENTICIOS CNPJ: 11.517.200/0001-32 ([1002715](#) e [1008298](#)) **que foi aceita para os itens 04 e 13 do certame.**

3. ATIVA CONSULTORIA CNPJ: 05.338.005/0001-42 ([1002685](#) e [1008063](#)) **que foi aceita para os itens 05 e 08 do certame.**

4. DARLU INDUSTRIA CNPJ: 40.223.106/0001-79 ([1002700](#) e [1008297](#)) **que foi aceita para o item 06 do certame.**

5. SM PANTANAL CNPJ: 12.561.153/0001-97 ([1002708](#) e [1008304](#)) **que foi aceita para o item 07 do certame.**

6. CARLOS HENRIQUE MELGAR CNPJ: 50.239.778/0001-26 ([1002692](#) e [1008289](#)) **que foi aceita para os itens 09 e 10 do certame.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Item **11 do certame** restou **fracassado**.

8. Item **12 do certame** restou **fracassado**.

9. Item **2 do certame** restou **fracassado**.

10. Item **3 do certame** restou **fracassado**.

**ANÁLISES DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO PELO PREGOEIRO:**

PROPOSTAS:

NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA CNPJ:
37.306.014/0001-48:

Proposta juntada no evento ([1002686](#)) referente ao **item 1 do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme eventos ([1003055](#) e [1003574](#))

MICRON GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CNPJ:
11.517.200/0001-32

Proposta juntada no evento ([1002715](#)) referente aos **itens 04 e 13 do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme eventos ([1003055](#) e [1003574](#))

ATIVA CONSULTORIA CNPJ: 05.338.005/0001-42

Proposta juntada no evento ([1002685](#)) referente aos **itens 05 e 08 do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme eventos ([1003055](#) e [1003574](#))

DARLU INDUSTRIA CNPJ: 40.223.106/0001-79

Proposta juntada no evento ([1002700](#)) referente ao **item 06 do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme eventos ([1003055](#) e [1003574](#))

SM PANTANAL CNPJ: 12.561.153/0001-97



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Proposta juntada no evento ([1002708](#)) referente ao **item 07 do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme eventos ([1003055](#) e [1003574](#))

26

CARLOS HENRIQUE MELGAR CNPJ: 50.239.778/0001-

Proposta juntada no evento ([1002692](#)) referente aos **itens 09 e 10 do edital**. Unidade demandante manifestou-se pela aceitação, conforme eventos ([1003055](#) e [1003574](#))

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA CNPJ:
37.306.014/0001-48:

Documentos de habilitação juntados no evento ([1008302](#)).

MICRON GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CNPJ:
11.517.200/0001-32

Documentos de habilitação juntados no evento ([1008298](#)).

ATIVA CONSULTORIA CNPJ: 05.338.005/0001-42

Documentos de habilitação juntados no evento ([1008063](#)).

DARLU INDÚSTRIA CNPJ: 40.223.106/0001-79

Documentos de habilitação juntados no evento ([1008297](#)).

SM PANTANAL CNPJ: 12.561.153/0001-97

Documentos de habilitação juntados no evento ([1008304](#)).

26

CARLOS HENRIQUE MELGAR CNPJ: 50.239.778/0001-

Documentos de habilitação juntados no evento ([1008289](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) ata do Pregão Eletrônico ([1008336](#));

d) resultado por fornecedor ([1008338](#)) e termo de adjudicação ([1008344](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

05. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([0995919](#)), em atendimento ao disposto no citado Decreto.

06. Nas publicações dos avisos ([0997179](#)) constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

07. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet, além de todos os lances para o item na ata do pregão ([1008336](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados no Julgamento: 2, 3, 11 e 12;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

Compulsando o relatório elaborado pelo Pregoeiro ([1008949](#)) e o que consta na ata do referido pregão ([1008336](#)), atendendo ao **Acórdão 2622/2021 Plenário TCU**, verifica-se negociação frutífera para redução de preços com os fornecedores que ofertaram os melhores lances para os itens 1, 5, 8, 13. Em relação aos itens 4, 6, 7, 9, 10 e 13, a negociação com os fornecedores restou infrutífera sem redução de valores de propostas.

Análise: As ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([1003715](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de aceitação e os valores da proposta.

Os atos decisórios do Pregoeiro quanto à aceitação das propostas contaram com a oitiva prévia da unidade demandante ([1003055](#)) ([1003574](#)), determinantes para a aceitação das propostas das empresas vencedoras, atendendo às especificações técnicas do objeto. Sobre o procedimento, veja-se a regra do edital:

8.13. Será recusada a proposta:

- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor encontre-se acima do preço praticado no mercado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos e pelo valor estimado.
- c) que não atender às especificações, condições e exigências estabelecidas no edital;**
- d) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e) se a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações, diligências e outros.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

g) Fase de Habilitação: Após a juntada dos documentos de habilitação, conforme consta no tópico "documentos de habilitação deste parecer", as empresas comprovaram as exigências editalícias e foram declaradas habilitadas pela ASLIC. Dessa forma, de acordo com os registros que constam na ata do Pregão ([1008336](#)), a documentação das empresas foram julgadas regulares ([1008949](#)), razão pela qual foram declaradas vencedoras.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h) Da referida decisão, não houve manifestação de intenção recursal.

08. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

09. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([1008344](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

II. Registra-se que, a ASLIC já trouxe ao processo a comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no sítio eletrônico deste Tribunal ([1008944](#)).

10. Em função do **resultado fracassado e os respectivos cancelamentos no julgamento dos itens 2, 3, 11 e 12 do edital n. 09/2023 ([0995919](#))**, caso assim mantido pela autoridade administrativa, registra-se a possibilidade jurídica de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos materiais buscados neste certame, com base no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**. A Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, tem-se como boa prática que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada, como no caso deste certame. Isso porque, está registrado na ata do pregão que o fracasso dos itens deveu-se à recusa de redução de preços pelas licitantes. **Assim, a SEALM poderá ponderar se, eventualmente, os preços estimados não estariam refletindo a realidade do mercado fornecedor dos objetos pretendidos.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, repita-se que há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, **ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU n. 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU n. 2219/2010-Plenário.**

12. De notar-se que eventual repetição do certame poderá ou a contratação direta de parte do objeto fracassado deverá ser **processada sob o regime da Lei n. 8.666/93**, assim como o contrato dela advinda, vez que o processo foi iniciado sob sua égide. Sobre isso:

Lei 14.133/2021:

Art. 191. *Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que:* [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

§ 1º Na hipótese do caput, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

§ 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do caput do art. 193. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

Art. 193. *Revogam-se:*

I - ...

II - em 30 de dezembro de 2023: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

a) a Lei nº 8.666, de 1993; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

b) a Lei nº 10.520, de 2002; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(....)

(sem destaques no original)

Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022:

Art. 37. *A operacionalização do regime adotado por este normativo deverá ocorrer com a efetiva utilização pelo TRE-RO do Portal Nacional de Contratações Públicas,*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instituído pelo art. 174 a Lei 14.133/2021 para a divulgação dos atos obrigatórios ali exigidos, inclusive a publicidade dos contratos e de seus aditamentos como condição indispensável de eficácia, na forma e prazo estabelecidos pelo art. 94, regra de observância estrita pelo comando do Acórdão TCU n. 1.731/2022 - Plenário.

...

§ 2º Poderão ser processadas com base na Lei n. 8.666/1993 as contratações por inexigibilidade ou dispensa de licitação cujo planejamento das unidades demandantes ou equipes de planejamento tenha iniciado formalmente antes do termo inicial estabelecido no caput deste artigo e que seu processamento tenha sido autorizado pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC).

13. Ressalta-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 12/05/2023, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 12/05/2023, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1009599** e o código CRC **C8900F2C**.